



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO/IFAL

RESOLUÇÃO Nº 271 / 2024 - CEPE/IFAL (11.21)

Nº do Protocolo: 23041.025072/2024-64

Maceió-AL, 23 de julho de 2024.

Aprova, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a criação, o funcionamento e o Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, ofertado pelo Ifal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO do Instituto Federal de Alagoas - Ifal, reconduzido pelo Decreto Presidencial de 13 de junho 2023, publicado no DOU nº 111, de 14 de junho de 2023, seção 2, p.1, em conformidade com o inciso I do artigo 4º e inciso XVII do artigo 13, da Resolução nº 22/CS, de 1º de julho de 2014, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e considerando o processo nº 23041.018146/2024-14, de 21/5/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Aprova, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Criação, o Funcionamento e o Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, de acordo com o anexo único.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2024.

(Assinado digitalmente em 23/07/2024 11:13)
CARLOS GUEDES DE LACERDA
REITOR - TITULAR
REIT (11.01)
Matrícula: 1085939

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **271**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **23/07/2024** e o código de verificação: **4a39e0ed0d**

ANEXO ÚNICO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA**

**PROGRAMA ECOSOL: CIRANDA FORMATIVA NORTE E NORDESTE/MANUEL
QUERINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GESTÃO DE
EMPREENDIMIENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Maceió - 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Reitor

Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitora de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação

Eunice Palmeira da Silva

Pró-Reitor de Extensão

Gilberto da Cruz Gouveia Neto

Pró-Reitor de Administração

Heverton Lima de Andrade

Pró-Reitora de Ensino

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Carolina Mendonça de Moraes Duarte

Equipe responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC):

Beatriz Medeiros de Melo

Eduardo Henrique Viana de

Sousa Érika Sabrina Félix

Azevedo Marcelo Diniz de

Lourenço Filho Rodrigo de

Melo Lucena



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

SUMÁRIO

1. Dados da instituição.....	04
2. Identificação do curso.....	04
3. Apresentação.....	05
4. Justificativa.....	06
5. Fundamentação Teórica.....	10
6. Objetivos.....	11
6.1. Geral.....	11
6.2. Específico.....	12
7. Requisitos e forma de ingresso.....	12
8. Público-alvo.....	13
9. Metodologia e avaliação da aprendizagem.....	13
9.1. Metodologia.....	13
9.2. Avaliação da aprendizagem.....	15
10. Organização curricular.....	16
10.1. Conteúdo programático.....	17
10.2. Estrutura curricular do curso.....	17
11. Relação ensino, pesquisa e extensão.....	20
12. Avaliação do curso.....	21
13. Programa dos componentes curriculares.....	22
14. Referências bibliográficas.....	29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas

Endereço: R. Dr. Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca, Maceió - AL, CEP: 57035-660

Portal institucional: www.ifal.edu.br

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Tipo de curso de extensão:	Curso de Formação Inicial
Código do curso:	278098
Nome do curso:	Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários
Eixo tecnológico:	Gestão e Negócios
Equipe central executora:	Beatriz Medeiros de Melo, Eduardo Henrique Viana de Sousa, Marcelo Diniz de Lourenço Filho, Rodrigo de Melo Lucena
Coordenador regional:	Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Carga horária total:	200 horas
Número de vagas:	120 vagas divididas em 3 turmas de 40 vagas
Área de conhecimento:	Educação
Subcaracterização 1:	Capacitação/Treinamento/Qualificação Profissional
Modalidade da oferta:	Presencial
Turno de funcionamento	Noturno (Maceió e Marechal) e Vespertino (Santana do Ipanema)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Período de realização:	4 meses – de junho à setembro.
Requisito de escolaridade:	Nenhuma exigência de escolaridade (Ser alfabetizado/a - Saber ler e escrever)
Requisito de idade:	A partir de 16 anos
Forma de ingresso:	Convite aos empreendimentos e sorteio (para todos os campi).
Locais de realização do curso:	Campus Marechal Deodoro, campus Maceió e campus Santana do Ipanema.
Recurso financeiro:	Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste / Manuel Querino.
Parcerias:	Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) – Instituto Federal da Bahia (IFBA).

3. APRESENTAÇÃO

O Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste / Manuel Querino, apresenta como objetivo a formação dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos econômicos populares e solidários. A proposta deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, portanto, contempla os requisitos mínimos propostos na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ e que prevê recursos para a qualificação dos grupos de Economia Solidária (ES). Deste modo, o PPC foi construído prevendo-se 200 horas, e devidamente estruturado em três módulos, ou seja: básico, Profissional e Tempo Comunidade, com a seguinte distribuição da carga horária:

- 20% de conteúdo básico (equivalente a 40 horas);
- 80% de conteúdo profissionalizante (equivalente a 160 horas);
- No âmbito profissionalizante, 70% de conteúdo teórico/prático (112h) e 30% de carga horária destinada a vivências práticas (48h) no tempo comunidade.

O Curso Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários tem por referência o Curso de Gestor de Microempresa (Código: 278098 e Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios),



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

constante no **Guia Pronatec de Cursos FIC**. No entanto, **não será exigida escolaridade mínima**, tendo em vista os princípios da economia popular e solidária e o objetivo da educação profissional, estabelecido pelo Decreto nº 2.208/1997, de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Espera-se como resultados ao final do curso, o fortalecimento do processo de gestão dos empreendimentos econômicos solidários, agregando ao **perfil profissional** de seus integrantes, a capazes de: precificar seus produtos e/ou serviços, estruturar um plano de comercialização, montar planos estratégicos e de produção de suas unidades, assim como otimizarem seus modelos de governança baseados nos princípios da economia solidária, visando assim, a inserção e o alcance do melhor desempenho destes jovens e adultos trabalhadores no exercício do trabalho solidário.

O cadastro do curso e o registro acadêmico dos/as estudantes no Sistec será realizado no campus Marechal Deodoro, o qual será o campus ofertante. A oferta se dará, para além do campus Marechal Deodoro, também nos campi Maceió e Santana do Ipanema, pois a intenção é levar os conteúdos abordados no curso a uma maior quantidade de empreendimentos econômicos solidários do Estado de Alagoas.

4. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) é uma autarquia federal de ensino responsável pela oferta de cursos técnicos, licenciaturas, cursos de formação inicial e continuada (FIC), tecnologias, engenharias e pós-graduação.

O Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste / Manuel Querino é fruto do trabalho coletivo de grupos, organizações e instituições que trabalham com iniciativas que visam o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil, nos estados e nos territórios de identidade. Nesse sentido, o respectivo programa ganha materialidade, a partir de diálogos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

constituídos entre servidores que compõem a Rede IF EcoSol e a SENAES. O processo de maturação do programa foi se desenvolvendo, à medida que demandas reais identificadas por meio de estudo de prospecção com documentos norteadores apontaram para a necessidade de oferta de cursos de qualificação profissional, na modalidade de Formação Inicial (FIC), pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), na linha de fomento do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL (Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021);

Considerando a Medida Provisória nº 1.154/2023 e o Decreto nº 11.539/2023, que recriam o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Economia Popular e Solidária e a Secretária de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda;

Considerando as competências da Secretaria de Economia Popular e Solidária - SENAES, criada pelo Decreto supracitado, de colaborar com outros órgãos públicos em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza; estimular a criação, a manutenção e a ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

Considerando, ainda, as competências da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda de planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo ao emprego e trabalho para a juventude, incluídos a aprendizagem, o estágio e as iniciativas de inclusão produtiva;

Considerando a Portaria MTE nº 3.222/2023, que Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional – PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho.

Considerando o compromisso assumido pelo Estado brasileiro com a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Organização das Nações Unidas (ONU), em destaque os ODS 1 – Erradicação da pobreza, 2 – Fome zero e agricultura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

sustentável, 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Gênero, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 10 – Redução das desigualdades, 12 – Consumo e produção responsáveis e 17 – Parcerias e meios de implementação, e em especial, o ODS 8 o qual prevê uma meta de reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação: “[...] Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”;

Considerando a Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 10 de junho de 2022, relativa ao trabalho decente e a economia social e solidária, que orienta os Estados-membros a levem em consideração a contribuição da economia social e solidária à conquista do trabalho decente, a economia inclusiva e sustentável, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a melhoria na qualidade de vida para todos;

Considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária, em especial da sua terceira edição que resultou na publicação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável;

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, sobre a educação profissional e tecnológica, sua abrangência em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e seu desenvolvimento em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho; e, por fim,

Considerando o objetivo da educação profissional, estabelecido pelo Decreto nº 2.208/1997, de qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Sendo assim, optou-se pela oferta do Curso **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**.

No que se refere, especificamente, à proposta de formação e de qualificação profissional, o IFAL tem realizado um trabalho sistematizado, na esteira de uma série de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

ações com vistas ao fortalecimento de uma política de promoção da diversidade no âmbito institucional. No âmbito da Economia Solidária as ações têm se pautado no desenvolvimento de diversos programas de extensão voltados para atender às demandas dos grupos formais e informais das diversas atividades produtivas, tais como: Programa de Agricultura Familiar (PEAF), Minha Comunidade e Mulheres Empreendedoras, oportunizando aos/às trabalhadores/as dos empreendimentos populares, aprendizagem quanto às técnicas que possibilitem melhoria na gestão de seus negócios solidários, e conseqüentemente, resolução de problemas que comprometem os processos produtivos de tais negócios.

O curso será ofertado nos *campi* **Maceió, Marechal Deodoro e Santana do Ipanema**, sendo o público que se pretende atingir, preferencialmente, os trabalhadores e trabalhadoras vinculados a grupos produtivos autogestionários, formalizados ou não, a exemplo de grupos informais, associações, cooperativas, coletivos urbanos e rurais; jovens; população negra; mulheres; povos e comunidades tradicionais e originárias; pessoas com deficiência – PCD; população idosa; população LGBTQIA++; pessoas cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único).

A cidade de Maceió, com uma população, segundo o censo de 2022, de quase um milhão de habitantes, com um PIB per capita de R\$ 26.642,20, se destaca no setor de serviços, com o turismo, construção civil, tecnologia, saúde e produção de bens e serviços. São diversos empreendimentos de economia solidária na área de artesanato, construção civil e produção de bens e serviços, a exemplo das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Já a cidade de Marechal Deodoro, com uma população de 60.370 habitantes, possui no setor turístico, com uma concentração nas atividades gastronômicas, artesanais e pesqueiras, sua maior concentração de empreendimentos econômicos solidários. São inúmeras associações, cooperativas e grupos informais de artesanato, se sobressaindo a produção do bordado filé. Além da produção artesanal, a cidade é referência na produção de alimentos, destacando-se a associação das cocadeiras e diversos outros coletivos no bairro da Massagueira. A cidade de Marechal Deodoro também é referência em música, possuindo oito



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

associações musicais, sendo duas delas, centenárias. Além desses empreendimentos, a cidade ainda possui cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e de óleo, assim como grupos ligados à agricultura familiar.

A terceira cidade a ofertar o curso é Santana do Ipanema, com uma população de pouco mais de 46 mil habitantes, já foi a terceira cidade mais populosa do estado de Alagoas, e referência na produção de couro e algodão, perdendo espaço nessas atividades produtivas para outras cidades alagoanas. Atualmente possui o setor agropecuário como aglutinador da maior quantidade de empreendimentos produtivos, principalmente nas criações de bovinos e caprinos, e produção de milho e feijão.

Portanto, a formação possibilitará aos empreendimentos, a agregação de valor aos seus processos de gestão, fortalecendo seus sistemas de governança solidários, e conseqüentemente, possibilitando um aumento de desempenho desses empreendimentos na cadeia produtiva em que estão inseridos.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento deste curso ancora-se nos dados nacionais sobre o mundo do trabalho que evidenciam a importância do trabalho de base comunitária com ênfase nas pessoas, suas relações de proximidade, participação democrática e controle social, tendo como finalidade o empoderamento dos sujeitos frente ao contexto social no qual estão inseridos, bem como na Portaria MTE N. 3.222, de 21 de agosto de 2023, que institui o PMQ.

O curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários é uma resposta essencial às dinâmicas contemporâneas do mundo do trabalho, que revelam uma crescente precarização e fragmentação das relações laborais. Dados nacionais sobre o mercado de trabalho destacam a necessidade urgente de fortalecer iniciativas de base comunitária, onde o foco principal recai sobre as pessoas, suas interações próximas, participação democrática e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

controle social. Este enfoque visa não apenas o fortalecimento das comunidades, mas também o empoderamento dos indivíduos diante dos desafios sociais presentes em seu contexto.

Na medida em que existe um movimento maior de precarização, uberização e pejetização da classe trabalhadora, o indivíduo assalariado tem perdido espaço e o cooperativismo volta a ser uma alternativa de fortalecimento do sujeito por meio da coletividade. Segundo Singer (2002), o desinteresse pelo tema cooperativismo existia em função do fortalecimento da classe trabalhadora e dos sindicatos, da sensação de pleno emprego após Segunda Guerra, do sentimento de cidadania que o emprego gerava, mesmo o trabalhador estando em condição de subordinação e alienação em relação ao processo de produção. A apatia do trabalhador diante das ausências ou poucas perspectivas de trabalho formal e assalariado se torna a semente para um novo levante da economia de base solidária: por meio da coletividade, participação social e democrática, o indivíduo tem seu espaço de fala e o fruto da sua força de trabalho tem significância para a comunidade na qual está inserido.

Nesse sentido, a economia solidária é um outro modo de produção, diferente do modo de produção capitalista. Nesta, basicamente a sociedade se divide em dois grupos: os que possuem o capital e a liberdade de usá-lo e a classe que troca sua força de trabalho por não ter o capital para sobreviver. A economia solidária se baseia na coletividade do capital: todos fazem parte da classe trabalhadora e os frutos do trabalho são repartidos por todos (SINGER, 2002).

O curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários não se limita apenas ao estudo das cooperativas tradicionais, mas abrange uma variedade de formas de empreendimentos de economia solidária (EES). Além das cooperativas e associações, existem outros formatos menos convencionais que também adotam princípios de cooperação e autogestão. Reconhecer e legitimar essas diferentes formas de organização é essencial para ampliar o alcance e a eficácia das políticas públicas voltadas para o setor. Há outros atores sociais envolvidos nesse modelo de gestão compartilhada, inclusive informais (VERONESE *et al*, 2017).

Buscar a legitimidade legal é um passo crucial na trajetória dos empreendimentos de economia solidária, pois proporciona acesso a políticas públicas de assessoramento e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

financiamento, que são fundamentais para fortalecer e expandir essas iniciativas. O curso visa capacitar os participantes não apenas na gestão e operação de empreendimentos solidários, mas também na articulação com órgãos governamentais, entidades de fomento e outros atores relevantes para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em síntese, o curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários surge como uma ferramenta valiosa para promover uma transição justa e sustentável para uma economia mais inclusiva e solidária. Ao capacitar os indivíduos para melhor gerir suas estruturas organizacionais, transformando assim, suas comunidades, e contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos.

6. OBJETIVOS

6.1 Geral:

O Curso de Formação Inicial e Continuada em **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, na modalidade presencial, apresenta como objetivo geral realizar a qualificação social e profissional de empreendedoras e empreendedores em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, alinhada com a política de economia popular e solidária, com foco no acesso e permanência em ocupações demandadas pelo setor produtivo local e/ou relacionadas à vocação econômica do território, visando à inclusão e inserção no mundo do trabalho, priorizando-se a articulação dos conhecimentos teóricos práticos da formação básica e de qualificação profissional.

6.2 Específicos:

Espera-se que ao final da formação os/as cursistas possam ter desenvolvido os seguintes conhecimentos:

- Desenvolver e dominar conceitos e práticas de controle do dinheiro;
- Conhecer e realizar um planejamento para os empreendimentos econômicos solidários;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

- Compreender e utilizar os conhecimentos sobre negociação, sendo capaz de gerenciar ações de marketing nos empreendimentos econômicos solidários;
- Conhecer e compreender conceitos e práticas de gestão de pessoas, de associativismo, e de cooperativismo;
- Utilizar os fundamentos da excelência em gestão voltados para os empreendimentos econômicos solidários;
- Identificar oportunidades de mercado, considerando técnicas de gestão da inovação.
- Auxiliar na estruturação de planos de desenvolvimento solidário para empreendimentos econômicos solidários, abrangendo estratégias de organização produtiva, financeira, investimento, autogestão, comercialização, dentre outros;
- Construir e ampliar conhecimentos relativos a Direitos Humanos, Educação Socioambiental e Sustentabilidade, Educação das Relações Étnico-Raciais, Cidadania, Gênero, Direitos, Ética e Relações Humanas, Políticas Públicas e Mundo do Trabalho.

7. REQUISITOS E FORMA DE INGRESSO:

O ingresso no Curso dar-se-á por meio de processo seletivo especificado em edital que contemple os seguintes elementos:

- a) Forma da seleção: Sorteio dos inscritos por empreendimento de economia solidária, garantindo que todos os empreendimentos, a depender da quantidade de inscrições, sejam contemplados com a mesma quantidade de vagas;
- b) Período de início e fim das inscrições;
- c) Gratuidade da oferta;
- d) Os meios de contato com a instituição: Maceió (Eduardo Henrique Viana de Sousa - 84 9921-0561 e eduardo.sousa@ifal.edu.br); Marechal Deodoro (Rodrigo Lucena – 9 8814.8736 e rodrigo.lucena@ifal.edu.br) e Santana do Ipanema (Érika Sabrina Félix Azevedo - 81 8356-9764 e erika.azevedo@ifal.edu.br);
- e) Turno: Noturno (Maceió e Marechal Deodoro) e Vespertino (Santana do Ipanema);
- f) Idade mínima de 16 anos.

O processo de seleção será o mesmo para cada um dos três campi (Marechal Deodoro, Maceió e Santana do Ipanema).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

8. PÚBLICO-ALVO

Serão ofertadas **40** vagas para cada um dos campi (Marechal Deodoro, Maceió e Santana de Ipanema), totalizando **120** vagas, compreendendo o seguinte público-alvo:

- a. Trabalhadores e trabalhadoras vinculados a grupos produtivos autogestionários, formalizados ou não, a exemplo de grupos informais, associações, cooperativas, coletivos urbanos e rurais;
- b. Jovens;
- c. População negra;
- d. Mulheres;
- e. Povos e comunidades tradicionais e originárias;
- f. Pessoas com Deficiência – PCD;
- g. População idosa;
- h. População LGBTQIA++;
- i. Atender o público Cadastrado nos Programas Sociais do Governo Federal (Cad Único);
- j. Público em geral.

9. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

9.1 Metodologia

A matriz curricular – Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, foi desenvolvida na perspectiva das Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária, recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012 (SENAES, 2012).

A abordagem metodológica do curso baseia-se, portanto, nos “princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes” (SENAES 2012, p. 3).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Sendo assim, o percurso formativo envolvendo todos os sujeitos da ação formativa (formadores, educandos/as, comunidade, empreendimentos etc.) em economia solidária compreenderá a indissociabilidade entre a teoria e prática dentre outros aspectos:

- o território como ponto de partida da imersão na realidade,
- a investigação como produção de conhecimento. A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular a prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos.
- a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa - comunidades, empreendimentos, territórios. (SENAES 2012, p.4).

As abordagens metodológicas para os módulos Básico e Profissional, serão fundamentadas em processos sócio interacionistas, em que o diálogo e a construção coletiva de saberes serão alicerces para as práticas pedagógicas no curso. Por meio de estratégias e atividades didáticas que envolvam a pesquisa, a experimentação e a reflexão, os/as estudantes serão convidados/as a desenvolver produções individuais e coletivas tais como: portfólios e relatos reflexivos sobre as práticas realizadas, além de outras atividades que serão realizadas em grupos. Poderão ser utilizadas estratégias de jogos cooperativos, resolução de problemas, rodas de conversa, produção de protótipos, produção de diários, aulas dialógicas que relacionem teoria e prática; Diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos/as estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios; aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates; oficinas pedagógicas dentre outras atividades.

O curso iniciará com o acolhimento, por meio de atividades que promovam a socialização entre os/as estudantes, professores/as e demais membros da equipe do projeto, garantindo-se ainda a experiência em diferentes espaços formativos, e as aulas Teórico-Práticas, irão se basear em pilares que possibilitarão aos/às participantes a construção de conceitos, procedimentos e atitudes, bem como a concepção de educação popular e pedagogia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

da alternância em que são reservadas as atividades práticas relacionadas ao tempo comunidade. Além disso, a metodologia será pautada na educação diferenciada, na vivência coletiva e autogestionária dos espaços educacionais, bem como na perspectiva da indução à continuidade de formação e escolarização.

Em relação ao Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TE) deverá ser consideradas as seguintes estratégias e práticas pedagógicas:

- Vivência de diferentes tempos educativos;
- Inserção nos processos de gestão da escola;
- Conteúdos socialmente úteis;
- Avaliação participativa e vinculados aos objetivos de aprendizagem;
- Acompanhamento;
- Inclusão na comunidade;
- Conhecimento e integração junto aos movimentos sociais;
- Desenvolvimento de atividades de complementação de Estudos;
- Atividades práticas acompanhadas;
- Desenvolvimento de Pesquisas;
- Reflexões sobre o período de vivência TC, por meio de seminários no TC e TE; etc.

9.2 Avaliação da aprendizagem:

A avaliação da aprendizagem entendida enquanto processo contínuo deve assumir as funções diagnóstica, formativa e somativa, de forma que seus resultados sejam orientadores da tomada de decisão e (re)planejamento das ações com vistas a superar possíveis dificuldades encontradas.

Neste sentido, pressupõe-se a contextualização teórico/prática dos conhecimentos na linha da educação Freireana e a diversificação de instrumentos de forma a possibilitar que o/a docente avalie sua prática e a reformule e ao/à estudante o desenvolvimento do compromisso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

para com a sua aprendizagem, contribuindo continuamente para a autonomia, a formação crítica e cidadã.

Para a certificação, os/as estudantes deverão apresentar frequência de, no mínimo, 75% do total de aulas ministradas, havendo controle de presença e deverá obter nota mínima de 6,00 na avaliação final.

Para socializar as experiências e principais resultados do Projeto, a equipe de execução realizará esforços para alimentar o site e outros canais institucionais do PMQ. Ainda com relação a disseminação dos resultados, haverá a apresentação de trabalhos no Congresso de Extensão, nos eventos acadêmicos e científicos dos campi Maceió, Marechal Deodoro e Santana do Ipanema, nos eventos nacionais e internacionais de educação e em possíveis periódicos científicos.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso proposto foi organizado em 3 Módulos:

1. Módulo Básico (MB) com 40h;
2. Módulo Profissional (MF) com 112h
3. Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48h, perfazendo um total de 200h de curso.

O Módulo Básico (MB) com 40h compreenderá: Gêneros Textuais; Habilidades de Raciocínio; Informática Básica; Mundo do Trabalho; Normas e Regras.

O Módulo Profissional (MF) com 112h compreenderá: Aspectos gerais da Economia Solidária e (Auto)gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

O Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48h compreenderá: Prática de Intervenção Social.

10.1 Conteúdo Programático



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

A organização curricular deste curso considera a necessidade de proporcionar qualificação profissional em **Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**, comprometida com a formação humana integral uma vez que propicia, ao/à participante, uma qualificação laboral relacionando currículo, trabalho e sociedade. O curso está organizado em três módulos complementares denominados: Módulo Básico (MB) com 40h; Módulo Profissional (MF) com 112h e Módulo Tempo Comunidade (MTC) com 48h, compreendendo em sua organização didática, componentes curriculares e atividades que serão oferecidas na modalidade de Extensão com oficinas, minicursos, palestras e rodas de conversas entre outros.

10.2 Estrutura curricular do curso

A Estrutura Curricular do Curso foi estruturada a partir da pedagogia Freireana, na qual o aprendiz está no centro do processo. Compreendendo uma práxis como eixo formativo e dialógico, em que considera-se a heterogeneidade do público-alvo e objetiva-se uma metodologia que, parte de uma avaliação diagnóstica, ao início do processo formativo, a qual permita o conhecimento do nível de aprendizagem de cada estudante, para que seja possível elaborar estratégias para o avanço e a ampliação dos conhecimentos e, por meio das quais o aprimoramento de estudos seja construído e alcançado com a participação de todos/as. Para isso, o fazer é o cerne da metodologia: o fazer no sentido do trabalho associado. Sabemos que só se aprende, fazendo, e fazendo coletivamente.

A práxis pedagógica se propõe, portanto, à construção do enlace entre a teoria/prática, em que o planejamento do que será desenvolvido, assim como a sua efetivação e a avaliação do que foi realizado em sala de aula, nos laboratórios, nos empreendimentos e no território, ou seja, em todo espaço pedagógico formativo, sempre estejam acompanhados de reflexão crítica. Na formação cidadã, na linha da educação popular, o conhecimento técnico considera a técnica a serviço da vida e do bem viver. Deste modo, seguindo os princípios da economia solidária enfoca-se na continuidade da educação e na elevação da escolaridade em todos os níveis que se nos apresentarem, devido à heterogeneidade e do público atendido. A formação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

continuada deve ocorrer permanentemente, compreendendo o trabalho como possibilidade de ampliação das competências e habilidades tanto técnicas quanto politécnica: humana e cidadã.

Considerando que o objetivo do projeto é realizar qualificação profissional e social alinhada com a política de economia popular e solidária, na garantia da transversalidade, interdisciplinaridade e educação popular, contribuindo no fortalecimento das iniciativas de economia popular e solidária e com a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais, foram delineados os conhecimentos essenciais, a serem desenvolvidos de forma articulada entre os componentes curriculares previstos, compreendendo a contextualização e a complementaridade.

- ESTRUTURA CURRICULAR:

MÓDULO	C H	CONTEÚDO	CH
Básico	40	I - Gêneros Textuais:	8
		- Práticas de leitura, escrita e expressão oral	
		II. Habilidades de Raciocínio para atender demandas cotidianas dos EES:	8
		- As 4 operações básicas;	
		- Sistemas de medidas;	
		- Proporção direta e indireta;	
		- Indução, dedução e analogia.	
		III - Informática básica para atender demandas cotidianas dos EES:	8
		- Operações básicas no computador e/ou smartfone	
- Planilhas eletrônicas;			
- Editor de texto;			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
 INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
 INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

		- Apresentação;	
		- Navegadores de internet.	
		IV - O Mundo do Trabalho:	8
		- Saúde e segurança no trabalho;	
		- Relações interpessoais para autogestão;	
		- Orientação profissional para a economia solidária;	
		- O Curriculum coletivo/individual.	
		V - Normas e Regras:	8
		- Direitos humanos, sociais e trabalhistas;	
		- Responsabilidade socioambiental.	
Profissional	11	I – Aspectos gerais da Economia Solidária:	56
	2	- Histórico;	
		- Conceito, princípios e diretrizes da Economia Solidária: trabalho associado, autogestão, educação popular, sustentabilidade, cooperativismo, o trabalho associado como princípio educativo;	
		- Estrutura da Economia Solidária: os principais dispositivos: comércio justo e solidário, consumo responsável, redes e EES, finanças solidárias, tecnologias sociais, incubação em economia solidária, Cadsol, rede de prosumidores;	
		- A Economia Solidária como Movimento Social: Fóruns, EES, Entidades de Apoio e Fomento;	
		- Direitos Sociais: Políticas públicas de áreas estratégicas para a Economia Solidária	
		II - (Auto)gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários	56
		- A (auto)organização interna do processo produtivo: autogestão e relações interpessoais pautadas por princípios éticos e coletivos; A (auto)organização interna do processo produtivo: divisão de tarefas, importância e controle da qualidade dos	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

		<p>produtos/serviços, controle do processo produtivo</p> <ul style="list-style-type: none">- Estratégias de Comunicação e divulgação: organização das vendas, valorização do produto, importância e instrumentalização das mídias sociais (o que são, tipos, como tirar fotos adequadas, estratégias de impulsionamento), as feiras de economia solidária, as redes de prossumidores;- Organização do dinheiro: noções de custos, controle do dinheiro (entrada e saída), precificação- Planejamento coletivo: importância, sugestão de instrumentos de planejamento coletivo (CANVAS, BAMBUSOL, etc..)- Formalização do empreendimento: diferenças entre cooperativa, associação e MEI, aspectos operacionais para a formalização.- Acesso a políticas públicas e financiamento: política pública como direito, possíveis editais de fomento para a EES (PAA, Lei de estímulo, etc..), trazer aspectos operacionais para a construção dos projetos	
Tempo Comunidade	48	I - Prática de Intervenção Social: <ul style="list-style-type: none">1. Pesquisa;2. Elaboração do projeto;3. Ação;4. Seminário (apresentação).	48
Avaliação: progressiva, continuada e um encontro final de avaliação e autoavaliação do curso			

OBS: A carga horária do Tempo Comunidade foi diluída igualmente dentro os componentes **profissionalizantes**.

11. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A presente proposta pauta-se em política educacional para a promoção do acesso das populações afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, por meio da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Formação Inicial e Continuada, atendendo às demandas sociais e peculiaridades regionais, proporcionando a inserção no mercado de trabalho e o incentivo ao prosseguimento dos estudos com a elevação da escolaridade. O curso possibilitará a formação educacional, profissional e tecnológica, permitindo a emancipação e acesso ao mundo do trabalho, em consonância com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, sobretudo no módulo Tempo Comunidade, na prática de intervenção pedagógica, de onde podem surgir demandas de pesquisa ou extensionistas de práticas com as comunidades, e até mesmo projetos de ensino tendo os egressos como figuras multiplicadoras do curso.

12. AVALIAÇÃO DO CURSO

12.1 Pelo Público

Durante o decorrer de todo o curso, os/as estudantes serão estimulados/as a expressarem a sua percepção acerca das atividades desenvolvidas. Os/as estudantes avaliarão as ações por meio de questionário de satisfação aplicado ao final do curso FIC, descrevendo suas percepções a respeito das instalações, professores e conteúdo. Serão ainda indagados/as a respeito de seus anseios e objetivos atingidos. Os/As egressos/as serão acompanhados/as e estimulados/as a fazerem parte de redes sociais para acompanhamento de outras oportunidades e manutenção de vínculo com a instituição. As avaliações serão realizadas por meio do Google Formulários.

12.2 Pela Equipe

Ao final do projeto, será aplicado um protocolo de autoavaliação e de satisfação para os participantes (equipe técnica, formadores e discentes), visando obter feedback sobre a qualidade dos cursos e do Programa de formação em Economia Popular e Solidária. Os resultados serão analisados e utilizados para aprimorar futuras edições do Programa. Ao final do Curso será submetido relatório das atividades, elencando as ações e seu cumprimento. Também serão informados os produtos gerados e seu impacto para a comunidade. As avaliações serão realizadas por meio do Google Formulários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

13. PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR	
Gêneros Textuais	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Gêneros textuais: estrutura e funções.	
OBJETIVOS	
Desenvolver habilidades que promovam o aprimoramento na utilização das mais diversas formas de linguagens, considerando a multimodalidade dos meios de interação linguageira, e os registros escrito e oral da língua portuguesa e as modalidades formal e informal, adequadas às mais diversas situações de comunicação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Práticas de escrita, leitura e expressão oral. Linguagem (formal e informal) usada em aplicativos de comunicação (como o <i>WhatsApp</i>), assim como e-mail, ofício, requerimento, relatórios de experiência, <i>PowerPoint</i> , <i>Excel</i> . Desenvolvimento de técnicas de apresentação oral e a promoção do entendimento da diferenciação de FATO e OPINIÃO; de INFORMAÇÃO e PUBLICIDADE.	
REFERÊNCIAS	
KOCH, Ingedore. Ler e compreender: os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2012. LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 2000. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual: análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.	

COMPONENTE CURRICULAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Habilidades de Raciocínio para atender às demandas dos EEs	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Operações com números inteiros e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Proporcionalidade e lógica da argumentação.	
OBJETIVOS	
Compreender temas básicos do raciocínio matemático que alicerçam as atividades cotidianas e são fundamentais para a compreensão das demandas das EEs, fornecendo, assim, subsídios da lógica matemática para que o aluno possa resolver problemas práticos do universo da economia solidária.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
As 4 operações básicas; Sistemas de medidas; Proporção direta e indireta; Indução, dedução e analogia.	
REFERÊNCIAS	
BOSQUILHA, A.; AMARAL, J. T. Manual compacto de matemática: ensino fundamental . São Paulo: Rideel, 2010.	
FACCHINI, W. Matemática para a escola de hoje . São Paulo: Saraiva, 2006.	
TAHAN, M. Matemática divertida e curiosa . Rio de Janeiro: Record, 2002.	

COMPONENTE CURRICULAR	
Informática Básica para atender às demandas dos EEs	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Manipulação de arquivos e pastas. Componentes de um sistema computacional. Processadores eletrônicos de texto. Formatação e impressão de documentos de texto. Planilhas eletrônicas. Formatação e impressão de planilhas eletrônicas. Softwares para apresentações eletrônicas. Serviços e principais ferramentas de acesso à Internet.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

OBJETIVOS	
Despertar no estudante a importância de uma atuação (administração) eficiente e eficaz dentro do contexto da economia solidária com o uso de tecnologias básicas de informação, fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho coletivo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Operações básicas no computador e/ou smartfone; Planilhas eletrônicas; Editor de texto; Apresentação; Navegadores de internet.	
REFERÊNCIAS	
CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. Introdução à Informática . São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004. MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B. Nosso Futuro e o Computador . 3ª ed. Bookman, 2000. WHITE, R. Como Funciona o Computador . Editora QUARK, 1998.	

COMPONENTE CURRICULAR	
O Mundo do Trabalho	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Evolução histórica da segurança no trabalho. Relações interpessoais e tomada de decisão em conjunto. Desenvolvimento profissional na perspectiva da economia solidária.	
OBJETIVOS	
Conhecer a história do prevencionismo e a importância da decisão coletiva como pressuposto do trabalho em comunidade.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Saúde e segurança no trabalho; Relações interpessoais para autogestão; Orientação profissional para economia solidária; O curriculum coletivo/individual.
REFERÊNCIAS
ALVES, Adilson Francelino (org.). Manual para Cooperativas: boas práticas na gestão cooperativada . Francisco Beltrão: Unioeste/Unicafes/SETI, 2010. COUTO, Hudson A. Ergonomia Aplicada ao Trabalho . Belo Horizonte: Ergo, 1995. SALIBA, Tuffi. Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional . São Paulo: LTr, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR	
Normas e Regras	Carga Horária: 8 hrs
EMENTA	
Trabalho autogestionário x trabalho assalariado (carteira assinada). Direitos humanos como valores universais. Diversidade como princípio do trabalho solidário. Ações afirmativas. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.	
OBJETIVOS	
Compreender os diferentes tipos de trabalho e a importância da autogestão, bem como o princípio da sustentabilidade como norteador da economia solidária.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Direitos humanos, sociais e trabalhistas.	
REFERÊNCIAS	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, (Coleção FGV Prática).

LEITE, Paulo Roberto. **Logística Reversa – meio ambiente e competitividade**. Ed. Pearson Education do Brasil Ltda, 2003.

REIS, Tatiana Araújo. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. In: REGO, Diogo Ferreira de Almeida; AMORIM, Rizioneide Souza; CARRASCAL, Ivette Tatiana Castilla (org.). **Múltiplos olhares sobre a economia solidária na América Latina**. Natal: Ifrn, 2021. p. 165-237. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2159>. Acesso em: 20 abr. 2024.

COMPONENTE CURRICULAR	
Aspectos Gerais da Economia Solidária	Carga Horária: 80 hrs (56h de carga horária teórica e 24h de carga-horária prática (Tempo Comunidade))
EMENTA	
Conceito e princípios da Economia Solidária. Trabalho associado em contraposição ao trabalho assalariado. Concepção de autogestão. Comércio justo e solidário. Finanças solidárias. Tecnologias sociais.	
OBJETIVOS	
<ol style="list-style-type: none">1. Compreender os diferentes tipos de trabalho e a importância da autogestão, bem como o princípio da sustentabilidade como norteador da economia solidária.2. Discutir a sustentabilidade do empreendimento e do meio ambiente, o cooperativismo de caráter solidário e a concepção do trabalho associado como princípio educativo;3. Dialogar acerca dos dispositivo que fortalecem a Economia Solidária;4. Estimular o entendimento da Economia Solidária como Movimento Social;5. Estimular o entendimento da Economia Solidária como uma política pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none">1. Conceito e princípios da economia solidária;2. Comércio justo e solidário;	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

3. Consumo responsável;
4. Trabalho em redes de cooperação;
5. Finanças solidárias;
6. Desenvolvimento de tecnologias sociais;
7. Incubação em economia solidária;
8. Cadsol e o fomento de redes de prosumidores;
9. Importância dos Fóruns, das Entidades de Apoio e Fomento;
10. Importância das políticas públicas como áreas estratégicas para a Economia Solidária – Senaes e Secretarias estaduais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: introdução à filosofia, volume único / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. — 6. ed. — São Paulo: Moderna, 2016. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nsecxx8>. Acesso em 24 jan. 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abram, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NASCIMENTO, Claudio. A **autogestão comunal**. Marília: Lutas anticapital, 2020. Disponível em <<https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-a-autogestao-comunal-2a-edicao>> Acesso em: 22 jan. 2024.

CRUZ, Antonio. **Redes de economia solidária–papéis e limites de atores envolvidos**: trabalhadores, universidade e Estado. ponencia presentada en el Seminario Internacional “La co-construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá”, organizado por el Centro de Estudios de Sociología del Trabajo, Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, v. 24, 2009. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/redespapeiselimites.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na Economia Solidária. **Revista Trabalho Necessário**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 153-170, 27 set. 2019. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.17i34.p38048>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38048>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. In: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11576>. Acesso em: 18 jan. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília : Lutas Anticapital, 2019. Disponível em <<https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf>> Acesso em 22 jan. 2024.

COMPONENTE CURRICULAR	
(Auto)Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários	Carga Horária: 80 hrs (56h de carga horária teórica e 24h de carga horária prática (Tempo Comunidade))
EMENTA	
Divisão de tarefas. Controle da produção e da qualidade. Comunicação e comercialização. Custos e precificação. Planejamento estratégico. Formalização das cooperativas e associações. Políticas públicas.	
OBJETIVOS	
<ol style="list-style-type: none">1. Trabalhar a (auto)organização interna do processo produtivo;2. Desenvolver de estratégias de comunicação e divulgação;3. Demonstrar como organizar as finanças;4. Demonstrar a importância do planejamento coletivo;5. Demonstrar como formalizar o empreendimento;6. Discorrer sobre políticas públicas e financiamento e desenvolvimento de projetos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none">1. Autogestão e relações interpessoais pautadas por princípios éticos e coletivos e da divisão de tarefas;2. Controle da qualidade dos produtos/serviços e controle do processo produtivo;3. Organização das vendas, valorização do produto, importância e instrumentalização das mídias sociais (o que são, tipos, como tirar fotos adequadas, estratégias de impulsionamento) e planejamento de feiras de economia solidária e redes de prossumidores;4. Noções de custos, controle do dinheiro (entrada e saída), precificação;5. Importância e instrumentos de planejamento coletivo (CANVAS, BAMBUSOL, etc.);6. Diferenças entre cooperativa, associação e MEI, aspectos operacionais para a formalização;7. Política pública como direito, possíveis editais de fomento para a EES (PAA, Lei de estímulo, etc..) - trazer aspectos operacionais para a construção dos projetos.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

REFERÊNCIAS

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, (Coleção FGV Prática).

RÊGO, D. F. de A. As Dificuldades de comercialização da economia solidária: Uma análise a partir do mapeamento nacional da economia solidária de 2012. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 04–28, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7213>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LOBATO, Rosana; FONSECA, Maiara (org.). **Uma proposta de formação: comercialização**. 3. ed. Porto Alegre: Catarse, 2009. (VIABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS). Disponível em: https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_90e9ab6646ad4c30b053e6827f35fd2e.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, Anna Carla Ferreira; SOUZA, Bárbara Luandy Freitas de; PITA, Flávia Almeida; BARBOSA, Maria Luiza D. A.; KORTING, Matheus Sehn (org.). **Contabilidade Popular: diálogos insurgentes de uma construção em rede**. Rio de Janeiro: Capina, 2023. Disponível em: https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_ba1de66006d948e6a8ac8f71869d5f09.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

NASCIMENTO, Edilane Moisés do; et al. **Bambusol: Uma ferramenta de planejamento dos empreendimentos econômicos solidários**. João Pessoa: Editora IFPB, 2023.

RIGO, Ariádne Scalfoni; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JUNIOR, Jeová Torres (org.). **Casos de ensino: cooperativismo e associativismo**. Petrolina: Editora e Gráfica Franciscana Ltda, 2011. 240 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Airton-Cancado/publication/344302446_CASOS_DE_ENSINO_COOPERATIVISMO_E ASSO CIATIVISMO/links/5fda67ec45851553a0c22d4c/CASOS-DE-ENSINO-COOPERATIVISMO-E-ASSOCIATIVISMO.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. Brasília, 2015. Disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA
plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

BRASIL. **Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023.** Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11539.htm. Acesso em: 23 Jan. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm . Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) - **Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superiores/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

CFES. Rede de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária . **Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária.** Brasília: Cáritas; SENAES, 2016.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Guia Pronatec de Cursos FIC.** 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22 jan.2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Portaria MTE nº 3.222, de 21 de agosto de 2023.** Institui o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional - PMQ voltado ao desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional a jovens e trabalhadores, de forma a contribuir com a formação geral, acesso e permanência no mundo do trabalho. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2023/Ago/23/para-conhecimento-institucional/portaria-no-3-222-de-21-de-agosto-de-2023-institui-o-programa-manuel-querino-de-qualificacao-social->. Acesso em 22 jan.2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (TEM). **Resolução CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021.** Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/Resolucao-no-907-de-26-de-maio-de-2021-Consolidacao-da-Res.-Reestrutura-o-Plano-Nacional-de-Qualificacao.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Resolução da Organização Internacional do Trabalho – OIT**, de 10 de junho de 2022. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_888039.pdf. Acesso em 23 de jan. 2024.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **Nações Unidas Brasil.** 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso em: 24 jan. 2024.

1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019). Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf . Acesso em 23 jan.2023.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Diretrizes político-metodológicas para educação em economia solidária.** Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012. Disponível em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf> Acesso em 22 jan. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes); Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) Departamento de Qualificação (DEQ). **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abram, 2002. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jan. 2024

VERONESE, Marilia Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. **Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária**. Caderno Crh, [S.L.], v. 30, n. 79, p. 89-104, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4VtvHrKp8ggv4jFnVjGrGHL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 jan. 2024.